



CEST

Centro de Estudos Sociedade e Tecnologia



Universidade de São Paulo

Boletim- Volume 4, Número 4, Maio/2019

A internet e suas tecnologias são motores das violências e extremismo?

Rodrigo Filev

O ano de 2019 está sendo marcado por diversos atos de violência, tanto no Brasil quanto no exterior. Dentre as diversas e tristes características comuns a estes eventos, a internet é apontada como o meio utilizado tanto para coordenar os atos quanto para se obter material de inspiração e de operação e construção de artefatos utilizados. E a *deep web* também é citada como o local onde as pessoas que desferem atos violentos contra a sociedade planejam tais ações. Nos debates que se sucedem após o momento de choque e de comoção parecem colocar a internet e a *deep web* como entidades que de alguma forma canalizam o fluxo de um mal cuja origem certamente não está relacionada com a tecnologia.

A história da internet, assim como seus benefícios e desafios já são temas bastante debatidos e não é necessário aqui apresentá-los. Cabe ressaltar que o advento de diversos serviços de comunicação, como mídias sociais e aplicativos de mensagens, deram voz a qualquer indivíduo, sem barreiras de qualquer ordem, promovendo um nível de liberdade desconhecido pela sociedade. As afinidades pessoais são os direcionadores dos interesses e base para a formação dos grupos virtuais. Talvez se possa argumentar que a tecnologia da internet une as pessoas e desta forma temos a formação de diversos grupos de interesse, dentre estes grupos extremistas. Milgran no seu artigo “The small world problem” de 1967 constatou a evidência que seres humanos se unem por diversos laços e formam grupos coesos, e que popularmente ficou conhecido como os “sete graus de separação

entre quaisquer duas pessoas”. Isto ocorreu antes do advento das tecnologias primordiais que proporcionaram a internet. E, embora Milgran não tenha conseguido explicar as implicações de suas constatações, ele contribuiu com um ramo essencial que nos tempos atuais é capaz de interpretar as organizações e grupos virtuais.

Já a tecnologia da *deep web* foi criada em meados dos anos 80 tendo como base trabalhos desenvolvidos pelas forças armadas americanas, e certamente não foram desenvolvidas para fomentar o mal ou para congregiar assuntos perniciosos. A *deep web* também não tem camadas com “profundidades” distintas (alusão a um *iceberg*), mas de forma simplista pode ser colocado que as tais camadas da *deep web* são redes peer-to-peer na qual se precisa saber um código (como uma chave de criptografia) para se ter acesso aos

Deep Web é citada como local onde as pessoas deferem atos violentos.

conteúdos e pessoas que participam de tal rede. Nas camadas “superficiais” da *deep web*, para se manter a metáfora corrente, podem ser encontrados desde discussões técnicas sobre diversos assuntos, como segurança da informação, até mesmo assuntos para serem tratados pelas forças da lei. Não a tecnologia e sim os interesses pessoais que fazem com que um indivíduo encontre grupos afins. Portanto, não se pode afirmar que apenas “maus elementos” navegam na *deep web*. Na internet dita convencional podem ser encontrados grupos extremistas de toda a ordem, como grupos de recrutamento para partidos nazistas ou até mesmo para o agora pouco falado Estado Islâmico. Da mesma forma, crianças são observadas e até mesmo podem ser aliciadas por predadores sexuais em diversos tipos de serviços populares na internet. Diversas publicações já trataram deste assunto neste mesmo ano.

O que se pode colocar da tecnologia é que ela apenas deixa evidente as relações humanas que já existem em



nossa sociedade, a tecnologia não potencializa e não induz um ato hediondo. A relação sociedade e tecnologia nos tornou livres, na acepção do termo, pois permite que qualquer indivíduo fale o que pensa, sem filtros das instituições que regulam costumeiramente a sociedade civil e militar. A internet não é democrática, justamente pela falta das instituições reguladoras, embora o notável esforço feito pelas mesmas para democratizar a internet, é que abusos ocorrem contumazmente. A liberdade sem critério também pode ser danosa, o que não justifica ações ditatoriais de nenhum matiz ou intensidade possam ser justificadas. Os relacionamentos na internet se desenvolvem segundo o que nos meios acadêmicos é denominada “redes complexas”, com destaque à lei de potência ou rede livre de escala, ou ainda nas redes de Granovetter. O citado trabalho de Milgran é um dos primeiros a constatar o fenômeno das redes complexas, as quais explicam a construção das redes sociais. Em todos esses modelos não há viés ideológico de qualquer tipo, apenas constatações de que as relações humanas, e muitas presentes na natureza, se comportam de um determinado modo descritos por modelos complexos. É bem verdade que ideias e discussões podem ser induzidas nas mídias sociais, o que curiosamente também podem ser analisados sob a ótica das redes complexas.

Portanto, pode-se argumentar que a discussão feita atualmente não está focada no ponto correto, pois a questão não está na internet ou na *deep web*, mas sim nas redes sociais, com suas características de complexidade, e em como as afinidades e interesses pessoais formam laços entre as pessoas, independentemente do meio de comunicação. Se o argumento for verdadeiro, então nos cabe perguntar como remodelar as relações entre as pessoas para que interesses mórbidos ou que não visem o bem comum (base na definição de Aristóteles) possam ser combatidos e ou mitigados, supondo naturalmente que esse seja o interesse da comunidade ou represente o bem comum. Parece que a questão salta além da esfera tecnológica e esbarra em discussões como as propostas por Viktor Frankl, sobre o sentido da vida de cada indivíduo. Note não se tratar de assunto corriqueiro de auto-ajuda; para os interessados cabe avaliar o estudo e intervenção de Frankl no presídio de San Quentin (para uma referência procurar na internet

por “*lecture from Viktor Frankl San Quentin*” ou uma breve descrição no livro “Sede de Sentido” do mesmo autor).

Do ponto de vista de contagem do número de vidas prejudicadas é importante refletir onde o dano está aumentando consistentemente: nas ações mórbidas recentes ou nos ataques e assédios diariamente sofridos por diversas pessoas, tendo sempre em vista a comunicação pela internet exclusivamente. Nenhum caso pode ser ignorado, mas sim avaliados com o devido cuidado e seriedade, aplicando-se os conceitos próprios para que estes fenômenos sejam entendidos e tratados com vista a redução do número de vítimas e na prevenção dos atos hediondos. E desta perspectiva a internet não faz parte do mecanismo de ameaça simplesmente, mas sim do mecanismo de obtenção de dados e de combate a estes males. Afinal, as tecnologias da internet formam o que tecnicamente é chamado de plano de controle, onde em princípio toda comunicação pode ser rastreada. Obviamente não é tarefa trivial e diversas questões sobre privacidade virão à tona com esta discussão. A despeito de todos os aforismos e discursos, novamente a pergunta extrapola o campo técnico e passa por uma visão transdisciplinar: como lidar com os direitos e deveres democráticos e suas aplicações nos ambientes virtuais? Como garantir as liberdades civis e os valores democráticos em ambientes hoje desregulados? Nossa sociedade necessita urgentemente deixar a passividade e colocar em pauta as questões relevantes para primeiro decidir o que é desejado e quais as consequências destes desejos as comunidades virtuais e sua interação com a sociedade física.



Rodrigo Filev é Doutor em Engenharia de Computação pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e pesquisador do CEST-USP.

Coordenador Acadêmico: Edison Spina

Este artigo resulta do trabalho de apuração e análise da autora, não refletindo obrigatoriamente a opinião do CEST.